

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Presidente da Comissão de Tomadas de Contas Especial instituída pela Portaria DG nº 1.767, de 07/11/2014, publicada no DOU nº 40, de 10/11/2014, Seção II, pag.63, após o término dos trabalhos de apuração de atualização dos valores pagos a maior identificados no processo TC 11.518/2010-3, referente ao contrato SR/MT-238/2009, NOTIFICA a sociedade empresarial LINCE Construtora e Incorporadora Ltda., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.343.442/0001-80, bem como as respectivas pessoas físicas representantes legais integrantes do quadro societário, senhor Manoel Jorge Ax Kar de Saboia Campos - CPF 550.011.651-72 (Sócio-Administrador) e a senhora Ana Cristina Ax Kar de Saboia Campos - CPF 405.408.201-72 (Sócio-Administrador), para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação do presente edital, em obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa estabelecidos do Artigo 2º da Lei 9.784, de 29/01/1999, exerçam seu direito de defesa, nos termos do Artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal, ou recolham aos cofres públicos da União (em conjunto ou separadamente) a importância de R\$ 413.059,01 (quatrocentos e treze mil e cinquenta e nove reais e um centavo), atualizados por meio dos índices de reajustamento de obras rodoviárias da FGV aplicáveis ao contrato mais recentes na presente data (Novembro/2015), conforme relatório integrante do processo de TCE nº 50600.067681/2014-17. MOTIVO: obter o ressarcimento aos cofres públicos da União dos valores atualizados do referido débito, em cumprimento ao determinado no subitem 9.7.1 do Acórdão nº 2.134/2010 - TCU Plenário, concomitantemente à determinação contida no item 9.1.1 do Acórdão nº 966/2014 - TCU Plenário, cujos valores foram corrigidos pelo item 9.1 do Acórdão nº 1.914/2015, publicado no DOU nº 154, de 13/08/2015, seção I, página 86/87. ÓRGÃO NOTIFICADOR: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. Deverão as razões de justificativas, ou o comprovante de recolhimento, serem apresentadas ao presidente da TCE, até o prazo supra estabelecido, na sede da Superintendência Regional do DNIT em Mato Grosso, sito à Rua 13 de Junho, nº 1296 - Bairro Porto, em Cuiabá-MT, CEP 78.020-900, sob pena do lançamento do débito dos responsáveis na conta contábil "diversos responsáveis", no SIAFI, nos termos da legislação em vigor.

JOSÉ MARCOS MONTEIRO DA SILVA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2016 UASG 393031

Contrato nº 57/2013. Processo nº 50606001577201230. CONCORRÊNCIA SISPP Nº 450/2012. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 26383935000198. Contratado: MA ENGENHARIA LTDA - Objeto: 5º Termo Aditivo de Rerratificação e de Prorrogação de Prazo ao contrato UT6-57/2013. Prorrogação do prazo de execução por mais 360 dias consecutivos, contados a partir de 17/01/2016, passando a vencer em data de 10/01/2017. Prorrogação do prazo de vigência por mais 720 dias consecutivos, contados a partir de 22/01/2015, passando a vencer em data de 10/01/2017. Fundamento Legal: Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93. Data de Assinatura: 04/01/2016.

(SICON - 06/01/2016) 393031-39252-2015NE800081

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 393031

Contrato nº 420/2015. Processo nº 50606000995201129. PREGÃO SISPP Nº 836/2014. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 01415130000158. Contratado: ALTA ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA-LTDA. Objeto: 1º Termo Aditivo de Suspensão de Prazo ao contrato UT6-420/2015, a partir de 01/01/2016. Fundamento Legal: Art. 57, parágrafo 1º, inciso III da Lei 8.666/93. Data de Assinatura: 18/12/2015.

(SICON - 06/01/2016) 393031-39252-2015NE800081

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Contrato Nº 943/2016 publicado no DOU de 06/01/2016, Seção 3, Pág. 130. Onde se lê: Extrato de Contrato Nº 943/2016 Leia-se: Extrato de Contrato Nº 943/2015

(SICON - 06/01/2016) 393031-39252-2015NE800081

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 950/2015 UASG 393013

Processo nº 50616002134201590. PREGÃO SISPP Nº 280/2015. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 07261678000177. Contratado: ADS SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA - Objeto: Contrato que entre si fazem, de um lado, como contratante, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e, do outro, como contratada, a empresa ADS SERVIÇOS ESPECIAIS Ltda., para prestação de serviços contínuos de limpeza, higienização e conservação com fornecimento de mão-de-obra, material de consumo, assim como equipamentos, ferramentas e utensílios adequados à execução dos serviços, para atender a esta Superintendência Regional do DNIT no

Estado de Santa Catarina. Fundamento Legal: Leis 8666/93, 10520/02, 123/06,9784/99, decretos 5450/05, 8538/15, 3555/00, 3693/00 e 3784/01, IN 02 SLTI/MP, Edital 280/2015-16 Vigência: 31/12/2015 a 31/12/2016. Valor Total: R\$710.500,00. Fonte: 100000000 - 2015NE800342. Data de Assinatura: 29/12/2015.

(SICON - 06/01/2016) 393013-39252-2015NE800015

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 282/2015

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo nº 50616002650201514., publicada no DOU de 09/12/2015. Objeto: Pregão Eletrônico- Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelhos condicionadores de ar tipo janela e split, com fornecimento de materiais e peças de reposição, inclusive gás refrigerante, para atender as necessidades da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Santa Catarina. Novo Edital: 07/01/2016 das 08h00 às 12h00 e d13h00 às 17h00. Endereço: Rua Alvaro Millen da Silveira, 104 Centro - FLORIANÓPOLIS - SC Entrega das Propostas: a partir de 07/01/2016 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/01/2016, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

VISSILAR PRETTO
Superintendente

(SIDECE - 06/01/2016) 393013-39252-2015NE800015

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 8/2016 UASG 393025

Contrato nº 11/2009. Processo nº 50600010856200604. CONCORRÊNCIA SISPP Nº 161/2008. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 34037705000103. Contratado: PRODEC CONSULTORIA PARA DECISAO -SOCIEDADE CIVIL LTDA. Objeto: Termo aditivo de restituição e prorrogação de prazo com reflexo financeiro ao Contrato, restituindo o prazo por mais 7 dias, contados a partir da ordem de reinício dos serviços em razão da paralisação de 14.12.2015, e reinício em 05.01.2016, com prorrogação da vigência por mais 720 dias até 31.12.2017, com reflexo financeiro de R\$ 806.720,69. O valor do Contrato passa para R\$ 7.651.939,09 face ao reflexo financeiro de 47,22%, por interesse da Administração e concordância da Contratada. Fundamento Legal: Art.57, Inc.I e Parág.2, c.c. Art.60 e Art.65 da Lei 8.666/93. Data de Assinatura: 5/01/2016.

(SICON - 06/01/2016) 393025-39252-2016NE800001

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 031/2014

Processo: 0.00.002.001916/2015-51. Contratante: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: COMERCIAL MINAS BRASÍLIA EIRELI - EPP. CNPJ: 18.768.894/0001-20. Objeto: Promover a revisão do valor contratual, alterando o valor unitário do Kg (quilograma) do açúcar para R\$ 1,66 (um real e sessenta e seis centavos), com efeitos retroativos a 21/10/2015, em função do aumento demorado do preço do açúcar no mercado interno brasileiro, nos termos do art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93 e art. 37, XXI, da CF/88. Valor do Termo: R\$ 290,50 (duzentos e noventa e seis centavos). Data de Assinatura: 22/12/2015. Programa/Atividade: 03.032.2100.8010.0001. Categoria Econômica: 3.3.90.30. Nota de Empenho: 2015NE000030. Signatários da Contratante: ROBERTO FUINA VERSIANI. Signatários da Contratada: REGIMAR ALVES TAVARES.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 027/2014

Processo: 0.00.002.001854/2015-88. Contratante: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: ASC - SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA. CNPJ: 02.961.711/0001-58. Objeto: Promover a revisão do valor contratual, com efeitos retroativos a 20/09/2015, em função da publicação Decreto Distrital nº 36.762, de 18 de setembro de 2015, no Diário Oficial do Distrito Federal - Edição Extra, Nº 24, de 18/10/2015, que reajustou os valores das passagens do transporte público coletivo do Distrito Federal. Valor do Termo: R\$ 5.920,96 (cinco mil, novecentos e vinte reais e noventa e seis centavos). Data de Assinatura: 22/12/2015. Signatários da Contratante: ROBERTO FUINA VERSIANI. Signatários da Contratada: ÉRICO DE SOUZA JÚNIOR. Programa/Atividade: 03.032.2100.8010.0001. Categoria Econômica: 3.3.90.37. Nota de Empenho: 2015NE000029.

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 009/2011

Processo: 0.00.002.001811/2015-01. Contratante: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: AGROSERVICE SEGURANÇA LTDA. CNPJ: 03.602.646/0001-37. Objeto: Promover a revisão do valor contratual, com efeitos retroativos a 20/09/2015, em função da publicação Decreto Nº 36.762, de 18 de setembro de 2015, no Diário Oficial do

Distrito Federal - Edição Extra, Nº 24, de 18/10/2015, que reajustou os valores das passagens do transporte público coletivo do Distrito Federal. Valor: R\$ 5.657,48 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos). Data de Assinatura: 22/12/2015. Programa/Atividade: 03.032.2100.8010.0001. Categoria Econômica: 3.3.90.37. Nota de Empenho: 2015NE000035. Signatários da Contratante: ROBERTO FUINA VERSIANI. Signatários da Contratada: PAULO HENRIQUE SANTOS.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOASRESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 1/2016

O Pregoeiro da Procuradoria da República no Estado de Alagoas torna público, para conhecimento dos interessados que, em relação ao pregão supracitado, o Lote 1 foi declarado deserto, em face da ausência de interessados e o Lote 2 foi considerado fracassado, tendo em vista que a única proposta apresentada contrariou o item 1.5 do Edital e o item 5 do Termo de Referência.

Maceió, 5 de janeiro de 2016
LEOPOLDO BARRETO CAVALCANTI

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 01/2016, firmado entre a União, por intermédio da Procuradoria da República em Minas Gerais, e a empresa CEPOL - CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES POLO LTDA - EPP, CNPJ 10.275.598/0001-85. Objeto: Prestação de serviços de engenharia, visando reforma e ampliação da sede da Procuradoria da República em Montes Claros. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 24/2015. Procedimento: 1.22.000.003241/2015-82. Nota de empenho nº: 2015NE001695. Programa: 03062058142640001. Elemento de despesa: 4.4.90.51 Valor Global Contratado: R\$ 357.800,00 (trezentos e cinquenta e sete mil e oitocentos reais). Vigência: 04/01/2016 a 30/08/2016. Data da assinatura: 04/01/2016. Assinam: pela Contratante, Mário Augusto Lacerda Coelho, Secretário Estadual da PRMG; e, pela Contratada, Daniel Mendes Nobre Martins, Sócio Administrados.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato MPF/PRPE nº 24/2015. Procedimento nº: 1.26.000.003316/2015-86. Objeto: Comercialização, em âmbito nacional, pela ECT às unidades do MPF de 1ª Instância em Pernambuco, de produtos postais, de serviços postais, telemáticos e adicionais, nas modalidades nacional e internacional, que são disponibilizados em Unidades de Atendimento da ECT. Contratante: União, por intermédio da PRPE, representada pelo procurador da República Luiz Vicente de Medeiros Queiroz Neto. Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.028.316/0021-57, representada pelo Sr. Antônio Alexandre de Souza. Fundamento legal: Caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93. Elemento de despesa: 3.3.90.39. Programa de trabalho: 03062058142640001. Nota de empenho: 2016NE000011, emitida em 06.01.2016. Valor estimado: R\$ 100.000,00. Prazo de vigência: 03.01.2016 a 02.01.2017. Assinatura: 18.12.2015.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ESPÉCIE: Contratação Direta. MODALIDADE: Dispensa de Licitação. FUNDAMENTO: art. 24, V, da Lei nº 8.666/93. PROCESSO Nº 1.27.000.002597/2015-12. CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Piauí. CONTRATADA: TROX DO BRASIL DIFUSÃO DE AR ACUSAR FILTRAGEM VENT LTDA. CNPJ Nº: 76.881.093/0001-72. OBJETO: Aquisição de atuadores para caixa de volume de ar variável e de material de climatização. VALOR GLOBAL: R\$ 43.772,16. NOTA DE EMPENHO: nº 2015NE000920. PROGRAMA DE TRABALHO: 03122058112B60981. ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51. ORDENADOR DE DESPESA: César Augusto Mesquita Queiroz - Secretário Estadual Substituto da PR/PI. RATIFICAÇÃO PELA AUTORIDADE SUPERIOR (art. 26, da Lei nº 8.666/93): Marco Aurélio Adão - Procurador Chefe da PR/PI.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2015

O Pregoeiro da PR/RN torna público aos interessados o resultado do certame em epígrafe (PADM 1.28.000.001127/2015-02), cujo objeto foi o registro de preços para o futuro e eventual fornecimento, de forma parcelada, de MATERIAIS ELÉTRICOS, MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS ENTRE OUTROS, para as unidades do Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte que, após o atendimento às condições habilitatórias, sagraram-se vencedoras as Empresas: M.R. MAGALHÃES SILVA - ME, CNPJ: 05.040.396/0001-14, (GRUPO 9 - R\$ 2.809,69; GRUPO 12 - R\$ 4.730,00); DJ. MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - LTDA - ME, CNPJ: 06.267.047/0001-00, (GRUPO 1 - R\$ 4.975,50; GRUPO 2 - R\$ 7.361,00; GRUPO 3 - R\$ 10.137,00; GRUPO 4 - R\$ 4.245,40; GRUPO 5 - R\$ 5.687,70; GRUPO 6 - R\$ 6.735,75); HORIZONTE COMÉRCIO DE ABRASIVOS E COMPLEMENTOS LTDA - ME, CNPJ: 09.071.136/0001-67, (GRUPO 11 - R\$ 5.508,45; GRUPO 14 - R\$ 7.678,76), (ITEM 122 - R\$ 1.068,00), (ITEM 123 - R\$ 1.360,00), (ITEM 124 - R\$ 680,00); MACOL - COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E LUBRIFICANTES, CNPJ: 09.076.032/0001-45, (GRUPO 07 - R\$ 10.818,10); ATLANTIS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, CNPJ: 10.596.399/0001-79, (ITEM 128 - R\$ 3.595,50), (ITEM 129 - R\$ 1.999,60), (ITEM 131 - R\$ 7.016,40); M B G COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, CNPJ: 11.435.361/0001-87, (GRUPO 10 - R\$ 1.187,95; GRUPO 15 - R\$ 1.815,00), (ITEM 119 - R\$ 215,00), (ITEM 120 - R\$ 83,30), (ITEM 125 - R\$ 510,00); CESSP COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA E SOLUÇÕES TECNOLÓGICA EIRELI - ME, CNPJ: 20.786.106/0001-70, (GRUPO 13 - R\$ 1.752,95). Não houve intenção de recursos.

LUÍS CLÁUDIO FERREIRA DA SILVA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

AVISO DE PENALIDADE

Contrato Nº 06/2015

O Ministério Público Federal, torna público que o Secretário Estadual, da Procuradoria da República em Roraima - PR/RR, senhor Igor José Barbosa Duarte Lopes, aplicou nos autos do processo de apuração de infração nº 1.32.000.000600/2015-01, penalidade de rescisão unilateral do contrato nº 06/2015, firmado com a empresa EXACT COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS - LTDA, CNPJ nº 06.167.150/0001-70, nos autos do processo administrativo nº 1.32.000.000375/2014-14, a partir do dia 08.01.2016, concomitante, aplicou multa pecuniária no valor de R\$ 1.735,03 (mil setecentos e trinta e cinco reais e três centavos), tudo em decorrência de atrasos injustificados no pagamento de salários, falta de recolhimento do FGTS e ausência da manutenção das condições habilitatórias, nos termos do art. 27 da Lei 8.666/99. Fundamento Legal: Cláusula Trigesima Terceira, Parágrafo 14, do Contrato nº 06/2015/PRRR, e art. 79, I e art. 87, II, da Lei nº 8.666/93. Prazo para pagamento: 10 (dez) dias úteis. Fica a contratada intimada a apresentar, querendo, recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Ressalva-se que em observância ao disposto no art. 109, § 5º da Lei 8.666/93, fica franqueada vista dos autos do processo de apuração de infração à contratada, no Prédio anexo da Procuradoria da República em Roraima, sito à Rua General Penha Brasil, 1185/2, Seção de Contratações e Gestão Contratual.

IGOR JOSÉ BARBOSA DUARTE LOPES
Secretário Estadual, da Procuradoria da República

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE EDITAIS E CONTRATOS**

**AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2015**

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 0366042/2015. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de hospedagens, em âmbito nacional, distribuídas nas Regiões Sul, Sudeste, Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Brasília, para atender às necessidades desta Procuradoria-Geral do Trabalho ? PGT

EDILSON BARBOSA DA SILVA
Pregoeiro

(SIDEAC - 06/01/2016) 200200-00001-2015NE000031

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

EXTRATOS DE CONTRATOS

Espécie: Termo de Contrato nº 035/2015; Processo: PRT 2.10.000.006250/2015-91; Contratante: UNIÃO FEDERAL/MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO; Contratada: SCHNEIDER

ELECTRIC IT BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA; Objeto: Garantia e assistência técnica de 03 (três) nobreaks senoidais adquiridos junto à empresa contratada; Modalidade: Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços - UFRN nº 001/2015; Valor da Aquisição: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais); Vigência: 15 meses, contados a partir da data da assinatura; Data da assinatura: 31.12.2015; Elemento de Despesa: 449052.30; Nota de Empenho: 2015NE001008; Signatários: Pela Contratante: DR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA e pela Contratada: RICARDO TOMMASI FILHO e ADRIANO HADA.

Espécie: Termo de Contrato nº 036/2015; Processo: PRT 2.10.000.006024/2015-18; Contratante: UNIÃO FEDERAL/MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO; Contratada: SCHNEIDER ELECTRIC IT BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA; Objeto: Garantia e assistência técnica de 03 (três) nobreaks senoidais adquiridos junto à empresa contratada; Modalidade: Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços - UFRN nº 001/2015; Valor da Aquisição: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais); Vigência: 15 meses, contados a partir da data da assinatura; Data da assinatura: 31.12.2015; Elemento de Despesa: 449052.30; Nota de Empenho: 2015NE000926; Signatários: Pela Contratante: DR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA e pela Contratada: RICARDO TOMMASI FILHO e ADRIANO HADA.

**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
APLICAÇÃO DE PENALIDADE**

O Ministério Público Militar informa que foi aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de dez dias - de 06/01/16 a 15/01/16, à empresa CONSTRUMATOS CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA.-ME, nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/05. Processo Administrativo de Penalidade nº 08160.017481/2015-56.

CARLOS ALBERTO DE SOUSA LIMA
Coordenador de Licitações

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie: Contrato nº 059/DG/MPDFT/2015. Processo nº 08190.120869/15-79. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: ALGAR MULTIMÍDIA S.A.; CNPJ: 04.622.116/001-13. Objeto: Contratação de empresa para serviço de conectividade IP (Internet Protocol) através de link dedicado de comunicação de dados, incluindo cessão, instalação, ativação, configuração de equipamentos e serviço de suporte técnico. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 68/2015. Vigência: 11/12/2015 até 10/12/2018. Valor Global Estimado: R\$ 108.921,26. Programa de Trabalho: 03062058142610053. Elemento de Despesa: Plano Interno 60TEC-INFO. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: Renato Liqueiz Salles, Diretor-Geral Adjunto; CONTRATADA: Maurício de Oliveira Bottino, Coordenador Regional Centro-Oeste, e Patrícia Cristiane Junqueira Marques Rodrigues, Analista de Negócios. Data da assinatura: 11/12/2015.

RETIFICAÇÕES

Espécie: Retificação. Processo: 08190.184373/15-23. Objeto: Retificar o extrato, publicado no D.O.U - Seção 3, de 15/12/2015, página 158, coluna 3, onde se lê: "Vigência: 27/11/2015 até 26/11/2016". leia-se: "Vigência: 30/11/2015 até 29/11/2016".

Espécie: Retificação. Processo: 08190.056052/15-94. Objeto: Retificar o extrato, publicado no D.O.U - Seção 3, de 24/12/2015, página 185, coluna 3, onde se lê: "Vigência: 11/12/2015 até 10/11/2016". leia-se: "Vigência: 11/11/2015 até 10/11/2016".

Espécie: Retificação. Processo: 08191.026728/2015-68. Objeto: Retificar o extrato, publicado no D.O.U - Seção 3, de 24/12/2015, página 186, coluna 1, onde se lê: "Vigência: 17/11/2015 até 26/11/2016". leia-se: "Vigência: 17/12/2015 até 16/12/2016".

Tribunal de Contas da União

**SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS AO ESTADO E DAS
REGIÕES SUL E CENTRO-OESTE
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
NO RIO GRANDE DO SUL**

EDITAL Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2016

TC 020.297/2014-9- Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO o Senhor Cláudio Jair da Rosa - CPF-349.509.230-72 para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à ocorrência descrita a seguir e/ou recolher aos cofres do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, valor histórico atualizado monetariamente desde a respectiva data de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor (valor total atualizado monetariamente até 5/1/2016: R\$ 245.124,91). Ressalta-se que tal dívida é solidária com os responsáveis, Sr. Antônio Carlos Sornat, CPF: 436.836.900-97; Sra. Irene Joana Olszanecki Barth, CPF: 262.934.390-15 e Sra. Mari Ma-

chado Cardoso, CPF: 608.379.930-91. O débito decorre da concessão indevida de benefícios de aposentadoria. A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do débito atualizado e acrescido de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 5/1/2016: R\$ 510.899,47; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora citado, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 15, Lei 8.443/1992), d) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992). A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalvas e expedirá quitação da dívida.

ANDRÉ KIRCHHEIM
Secretário
Substituto

EDITAL Nº 2, DE 5 DE JANEIRO DE 2016

TC 020.297/2014-9- Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA a Senhora Mari Machado Cardoso, CPF- 608.379.930-91 para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à ocorrência descrita a seguir e/ou recolher aos cofres do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, valor histórico atualizado monetariamente desde a respectiva data de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor (valor total atualizado monetariamente até 5/1/2016: R\$ 245.124,91). Ressalta-se que tal dívida é solidária com os responsáveis, Sr. Antônio Carlos Sornat, CPF: 436.836.900-97; Sra. Irene Joana Olszanecki Barth, CPF: 262.934.390-15 e o Sr. Cláudio Jair da Rosa, CPF-349.509.230-72. O débito decorre da concessão indevida de benefícios de aposentadoria. A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do débito atualizado e acrescido de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 5/1/2016: R\$ 510.899,47; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora citado, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 15, Lei 8.443/1992), d) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992). A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalvas e expedirá quitação da dívida.

ANDRÉ KIRCHHEIM
Secretário
Substituto

EDITAL Nº 3, DE 5 DE JANEIRO DE 2016

TC 031.860/2014-1- Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO o Senhor André Ferreira dos Santos, CPF 948.464.050-87 para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto às ocorrências descritas a seguir e/ou recolher aos cofres do TESOURO NACIONAL (mediante GRU, código 13902-5), valores históricos atualizados monetariamente desde a respectiva data de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor (valor total atualizado monetariamente até 5/1/2016: R\$ 132.353,48). Ressalta-se que tal dívida é solidária com os responsáveis, União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu - UNIAC, CNPJ 91.991.109-0001-93 e Sra. Cléu de Aquino Ferreira, CPF 446.145.600-59. O débito decorre da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais recebidos por força do Contrato de Repasse nº 209.932-88/2006/MDA/CAIXA, celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e a União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu - UNIAC (CNPJ 91.991.109/0001-93). A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do débito atualizado e acrescido de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 5/1/2016: R\$ 203.661,63; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora citado, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 15, Lei 8.443/1992), d) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992). A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalvas e expedirá quitação da dívida.

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br> aba cidadão> serviços e consultas> Emissão de GRU).

ANDRÉ KIRCHHEIM
Secretário
Substituto